

FMI aconselha Portugal a reduzir isenções fiscais e a melhorar a eficiência da despesa pública

written by 0 Cidadão | 8 de Novembro, 2025



De acordo com o organismo, ***“estas medidas devem incluir a redução das isenções fiscais, a melhoria da eficiência da despesa pública e a resposta às pressões orçamentais decorrentes do envelhecimento da população”***.

Num relatório divulgado em outubro, o FMI antecipou um excedente de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano e um saldo nulo no próximo, mais pessimista do que o Governo.

Em previsões anteriores, o FMI chegou a prever um excedente orçamental de 0,1% em 2026.

No entanto, é uma exceção, já que a maioria das instituições que segue a economia portuguesa **aponta para um défice no próximo ano**.

Nas projeções divulgadas no mês passado, o FMI calculou também que a economia portuguesa cresça 1,9% este ano e 2,1% no próximo, mais pessimista do que o Governo, que no Orçamento do Estado aponta para crescimentos de 2% e 2,3%.

O FMI destaca que ***“o desempenho económico de Portugal desde a pandemia tem sido notável”***.

“O país alcançou um forte crescimento – acima da média da zona euro – e, ao mesmo tempo, uma redução impressionante da dívida pública em cerca de 45% do PIB. A nossa projeção de base aponta para a continuação destas tendências, incluindo a manutenção de um pequeno excedente orçamental no próximo ano”, refere.

De acordo com a instituição, para ***“preservar a solidez orçamental e promover o crescimento sustentável”***, Portugal deve ***“avançar com reformas para eliminar os desincentivos à expansão das empresas – por exemplo, o imposto progressivo sobre o rendimento das empresas [IRC] -, melhorar o acesso ao financiamento, resolver a dualidade do mercado de trabalho, continuar a progredir nos resultados da educação e simplificar a burocracia”***.

Já sobre o impacto do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em Portugal, o FMI fala num ***“papel importante”*** para o investimento público.

“Até agora, Portugal alcançou uma taxa de desembolso dos fundos acima da média da UE, e a implementação das subvenções do PRR está bem ao alcance”, conclui, numa altura em que o país regista uma execução de 40%, num plano orçado em 22,2 mil milhões de euros.

A posição surge na semana em que o FMI divulga um relatório sobre ***“Como pode a Europa pagar aquilo que não pode suportar?”***, no qual alerta a União Europeia de que, dadas as atuais prioridades comunitárias, e ***“sem uma ação política imediata, os níveis de dívida pública poderão mais do que***

duplicar, em média, nos países europeus nos próximos 15 anos”.

“Isto poderá provocar uma subida das taxas de juro, abrandar ainda mais o já fraco crescimento económico e abalar a confiança dos mercados”, adianta, apontando que, por isso, “serão necessárias tanto reformas estruturais como consolidação orçamental para alcançar o difícil ajustamento das políticas, com um terço desse esforço resultante de um conjunto de reformas moderadas e dois terços provenientes da consolidação”.